

**MEDIDA PROVISÓRIA N° 996, DE 2020**

Institui o Programa Casa Verde e Amarela.

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se o §4º, ao artigo 7º, da Medida Provisória nº996, de 2020:

“Art. 7º. ....

§4º. Em se tratando de REURB-S, para fins do disposto no Inciso II do §2º do presente artigo, a implantação das redes e instalações de energia elétrica pelo Poder Público, será destinada a famílias com renda de até cinco salários mínimos, nos termos previstos no parágrafo único do art. 6º. do Decreto nº. 9.310, de 15 de março de 2018, com 100% de subvenção aos beneficiários.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda aditiva tem por objetivo uniformizar o tratamento normativo em matéria de regularização fundiária. O parágrafo único do art. 6º do Decreto nº. 9.310, de 15 de março de 2018, informa que “para a classificação da Reurb na modalidade Reurb-S, a composição ou a faixa da renda familiar para definição de população de baixa renda poderá ser estabelecida em ato do Poder Público municipal ou distrital, consideradas as peculiaridades locais e regionais de cada ente federativo. Parágrafo único: A renda familiar prevista no caput não poderá ser superior ao quádruplo do salário mínimo vigente no País.”

Perceba-se que o Inciso II do § 2º do art. 7º trata apenas de “empreendimentos de produção habitacional”, ou seja produção nova de habitação de interesse social, não havendo previsão legal quando à implantação de rede de energia elétrica pelo poder público ou suas concessionárias em se tratando de regularização fundiária voltada à população de baixa renda, claramente definida no art. 6º. do Decreto nº. 9.310/18.

Portanto se mostra fundamental a adição de dispositivo específico em relação à matéria, a fim de dirimir lacunas na aplicabilidade da lei.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2020

**Deputado Federal Valmir Assunção**

**PT-BA**





CD/20856 46009-00